



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 50, DE 2011

Considerando que a concessão do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz destina-se a agraciar mulheres que, no País, tenham oferecido contribuição relevante à defesa da mulher e questões do gênero;

Considerando a proximidade da data da divulgação das agraciadas com o referido diploma, cujos nomes já foram enviados previamente à Mesa do Senado Federal, conforme dispõe a Resolução do Senado Federal nº 2, de 2001, para divulgação na sessão especialmente convocada para esse fim, a ser realizada nas festividades do Dia Internacional da Mulher (8 de março);

Considerando que o prazo para indicação de nomes foi encerrado, segundo a referida Resolução, no dia 1º de novembro de 2010, sem que houvesse portanto tempo exequível para indicação da primeira mulher eleita Presidenta do Brasil, cujo feito decorreu da eleição concluída na véspera daquela data (ou seja, 31 de outubro de 2010);

REQUEREMOS, ouvida a manifestação do Plenário do Senado Federal, seja concedido, em caráter excepcional, à Presidenta da República Federativa do Brasil, Excelentíssima Senhora **DILMA ROUSSEFF**, "Diploma Especial Mulher-Cidadã Bertha Lutz" – sem prejuízo das demais agraciadas segundo as normas da Resolução do Senado Federal nº 2, de 2001, em razão de se tratar de acontecimento de alta significação nacional e internacional a eleição da primeira mulher brasileira eleita para o cargo de Presidenta do Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

O dia 1º de janeiro de 2011 é uma data memorável para todas as mulheres brasileiras. Trata-se da posse da primeira presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, um evento histórico que marca definitivamente uma nova era para as mulheres no nosso país. Depois de 79 anos desde que a mulher brasileira ganhou o direito de votar nas eleições nacionais chega ao mais alto cargo da República uma representante do sexo feminino.

O direito ao voto foi obtido por meio do Código Eleitoral Provisório, de 24 de fevereiro de 1932. Mesmo assim, a conquista não foi completa. O código permitia apenas que mulheres casadas (com autorização do marido), viúvas e solteiras com renda própria pudessem votar. As restrições ao pleno exercício do voto feminino só foram eliminadas no Código Eleitoral de 1934. No entanto, o código não tornava obrigatório o voto feminino. Apenas o masculino. O voto feminino, sem restrições, só passou a ser obrigatório em 1946.

A primeira mulher escolhida para ocupar um cargo eletivo é do Rio Grande do Norte. Foi Alzira Soriano, eleita prefeita de Lajes, em 1928, pelo Partido Republicano. Mas ela não terminou o seu mandato. A Comissão de Poderes do Senado anulou os votos de todas as mulheres. Em 3 de maio de 1933, a médica paulista Carlota Pereira de Queiroz foi a primeira mulher a votar e ser eleita deputada federal. Ela participou dos trabalhos na Assembléia Nacional Constituinte, entre 1934 e 1935.

A primeira mulher a ocupar um lugar no Senado foi Eunice Michiles, em 1979. Suplente, ela assumiu o posto com a morte do titular do cargo, o senador João Bosco de Lima. As primeiras mulheres eleitas senadoras, em 1990, foram Júnia Marise e Marluce Pinto.

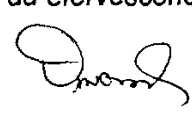
Em 1994, Roseana Sarney foi a primeira mulher a ser eleita governadora, no Maranhão. A primeira mulher ministra de Estado foi Maria Esther Figueiredo Ferraz (Educação), em 1982. Hoje, as mulheres não só estão à frente de vários ministérios como há uma Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres –chefiada por Iriny Lopes, que tem status de ministra.

Passados pouco mais de 121 anos da Proclamação da República é eleita Dilma Rousseff como presidenta do Brasil. Nada mais justo, portanto, do que homenagear a trajetória desta extraordinária mulher que através de seu feito particular presta inestimável serviço a causa da mulher no nosso país. Nada mais correto do que no ano em que foi empossada lhe seja conferido pelo Senado Federal o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz em reconhecimento a sua vida. Para tanto, esperamos contar com o apoio de todos os membros desta Casa.

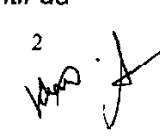
Por fim, atendendo ao que dispõe a Resolução do Senado Federal nº 2, de 2001, apresenta-se logo abaixo a biografia da indicada retirada da página oficial da Presidência da República na *internet*.

Primeira mulher a se tornar Presidente da República do Brasil, Dilma Vana Rousseff nasceu em 14 de dezembro de 1947, na cidade de Belo Horizonte (MG). É filha do imigrante búlgaro Pedro Rousseff e da professora Dilma Jane da Silva, nascida em Resende (RJ). O casal teve três filhos: Igor, Dilma e Zana.

A filha do meio iniciou os estudos no tradicional Colégio Nossa Senhora de Sion, e cursou o ensino médio no Colégio Estadual Central, então centro da efervescência estudantil da



2



capital mineira. Aos 16 anos, Dilma dá início à vida política, integrando organizações de combate ao regime militar.

Em 1969, conhece o advogado gaúcho Carlos Franklin Paixão de Araújo. Juntos, sofrem com a perseguição da Justiça Militar. Condenada por "subversão", Dilma passa quase três anos, de 1970 a 1972, no presídio Tiradentes, na capital paulista.

Livre da prisão, muda-se para Porto Alegre em 1973. Retoma os estudos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul após fazer novo vestibular. Em 1975, Dilma começa a trabalhar como estagiária na Fundação de Economia e Estatística (FEE), órgão do governo gaúcho. No ano seguinte, dá à luz a filha do casal, Paula Rousseff Araújo.

Dedica-se, em 1979, à campanha pela Anistia, durante o processo de abertura política comandada pelos militares, ainda no poder. Com o marido Carlos Araújo, ajuda a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT) no Rio Grande do Sul. Trabalhou na assessoria da bancada estadual do partido entre 1980 e 1985. Em 1986, o então prefeito da capital gaúcha, Alceu Collares, escolhe Dilma para ocupar o cargo de Secretária da Fazenda.

Com a volta da democracia ao Brasil, Dilma, então diretora-geral da Câmara Municipal de Porto Alegre, participa da campanha de Leonel Brizola ao Palácio do Planalto em 1989, ano da primeira eleição presidencial direta após a ditadura militar. No segundo turno, Dilma vai às ruas defender o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT).

No início da década de 1990, retorna à Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, agora como presidente da instituição. Em 1993, com a eleição de Alceu Collares para o governo do Rio Grande do Sul, torna-se Secretária Estadual de Minas, Energia e Comunicação.

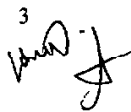
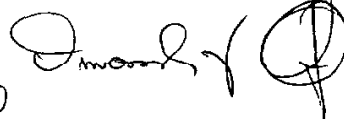
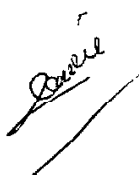
Em 1998, inicia o curso de doutorado em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mas, já envolvida na campanha sucessória do governo gaúcho, não chega a defender tese. A aliança entre PDT e PT elege Olívio Dutra governador e Dilma ocupa, mais uma vez, a Secretaria de Minas, Energia e Comunicação. Dois anos depois, filia-se ao PT.

O trabalho realizado no governo gaúcho chamou a atenção de Luiz Inácio Lula da Silva, já que o Rio Grande do Sul foi uma das poucas unidades da federação que não sofreram com o racionamento de energia em 2001.

Em 2002, Dilma é convidada a participar da equipe de transição entre os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010). Depois, com a posse de Lula, torna-se ministra de Minas e Energia.

Entre 2003 e 2005, comanda profunda reformulação no setor com a criação do chamado marco regulatório (leis, regulamentos e normas técnicas) para as práticas em Minas e Energia. Além disso, preside o Conselho de Administração da Petrobrás, introduz o biodiesel na matriz energética brasileira e cria o programa Luz para Todos.

Lula escolhe Dilma para ocupar a chefia da Casa Civil e coordenar o trabalho de todo ministério em 2005. A ministra assume a direção de programas estratégicos como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o programa de habitação popular Minha Casa, Minha Vida. Coordenou ainda a Comissão Interministerial encarregada de definir as regras para a exploração das recém-descobertas reservas de petróleo na



camada pré-sal e integrou a Junta Orçamentária do Governo, que se reúne mensalmente para avaliar a liberação de recursos para obras.

Em março de 2010, Dilma e Lula lançam a segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), que amplia as metas da primeira versão do programa. No dia 03 de abril do mesmo ano, Dilma deixa o Governo Federal para se candidatar à Presidência. Em 13 de junho, o PT oficializa a candidatura da ex-ministra.

No segundo turno das eleições, realizado em 31 de outubro de 2010, aos 63 anos de idade, Dilma Rousseff é eleita a primeira mulher Presidenta da República Federativa do Brasil, com quase 56 milhões de votos.

Sala das Sessões, em


Senadora GLEISI HOFFMANN

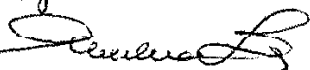
Ana Rita Borges — Ana.

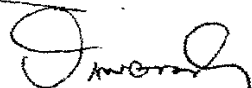
Antônio Carlos

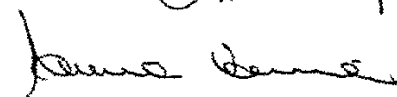
Angela Portel —



ANA AMÉLIA (PP/RS)

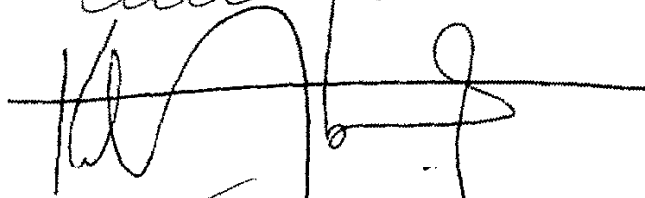






Didice da Costa — fuscaço







Publicado no DSF, de 09/02/2011.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal — Brasília — DF
OS:10223/2011